

Em 28 / 11 / 17.

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40 DE 2017

Altera o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar que as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino custeadas com recursos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal pertencentes à União sejam excluídas da base de cálculo e dos limites de despesas primárias estabelecidas pelo Novo Regime Fiscal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 107. ....

§ 6º .....

V - despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino custeadas com recursos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal pertencentes à União.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do exercício financeiro subsequente ao envio do próximo projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional.

Recebido em 28 / 11 / 2017  
Hora: 19 : 06

Diogo Giovanni Paes Ferreira  
Matrícula: 20091 0109/90M



SF/17227.37508-89

Página: 1/5 28/11/2017 15:31:07

b5ba0bd7381fc2275e221a75024233f9591df3c6

## JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, determina que as transferências constitucionais da União aos entes subnacionais não se submetem ao Teto de Gastos. Assim, estão expurgadas do limite anual de despesas primárias as complementações da União aos Fundos de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e as cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

Todas as outras despesas relativas à área da educação submetem-se ao Novo Regime Fiscal, o qual também modificou o critério para cálculo das aplicações mínimas em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Entre os exercícios financeiros de 2018 e 2036, o piso da União na área educacional não mais será calculado com base nas receitas de impostos correntes, e passará a corresponder ao piso de 2017 atualizado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Tendo em vista que a União aplicou em ações típicas de MDE aproximadamente 25,8% das receitas de impostos no exercício de 2016, que é percentual bastante superior ao mínimo constitucional de 18% dessas receitas, as despesas na área educacional custeadas com outras fontes de recursos em rápida expansão também precisam ser expurgadas do Teto de Gastos, sob risco de a margem para expansão dessas despesas se exaurir futuramente.

Consoante o orçamento federal de 2017 e o projeto de lei orçamentária de 2018, a previsão de execução de despesas em educação financiadas pelas rendas governamentais do petróleo e gás natural passará de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 6,3 bilhões entre 2017 e 2018. À medida que houver a realização de leilões de concessão e a operação de novos campos petrolíferos localizados no pré-sal, o potencial de gastos em educação com base nessas rendas continuará crescendo em ritmo superior à taxa de inflação medida pela variação do IPCA.

Isso justifica a apresentação da presente Proposta de Emenda à Constituição, que excetua do Novo Regime Fiscal as despesas em educação providas com os recursos pertencentes à União relativos aos *royalties* e compensações financeiras de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal. A exceção pretendida, inclusive, justifica-se sob a ótica



SF/17227.37508-89

Página: 2/5 28/11/2017 15:31:07

b5ba0bd7381fc2275e221a75024233f9591df3c6





econômica. Como o petróleo é um recurso não renovável, as receitas decorrentes de sua exploração devem ser investidas prioritariamente em capital humano, que é capaz de, pelo menos, contribuir para a manutenção futura do nível de renda *per capita* propiciado pela renda petrolífera no presente.

Diante do exposto, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação desta importante proposta, que, certamente, contribuirá para a futura elevação de recursos à educação pública e o cumprimento das metas estipuladas pelo Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Sala das Sessões,



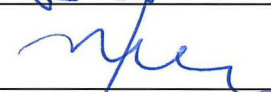
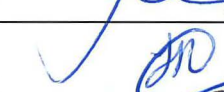
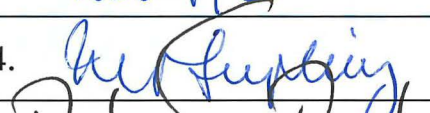
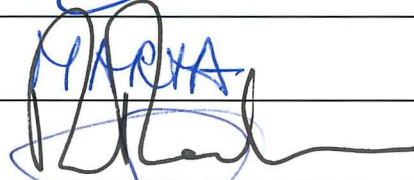
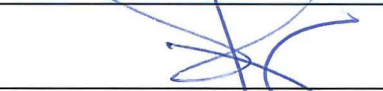
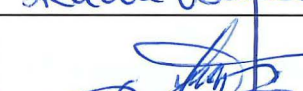
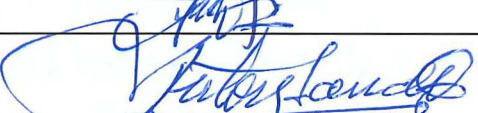






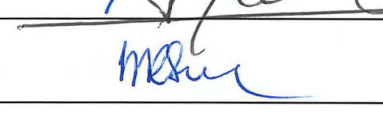
*Wah A. - OK*

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

OK -	1. <i>ROBERTO SILVA</i>	<i>[Signature]</i>
OK	2. <i>União Comunitária</i>	<i>[Signature]</i>
OK	3. <i>FERNANDA BEZERRA</i>	<i>[Signature]</i>
OK	4. <i>JOSE MEDRADO</i>	<i>[Signature]</i>
OK	5. <i>Waldemar Rosa</i>	<i>[Signature]</i>
OK	6. <i>AUGUSTO MOURA</i>	<i>[Signature]</i>
OK	7. <i>Roberto Almeida</i>	<i>[Signature]</i>
OK	8. <i>Filipe Bezerra</i>	<i>[Signature]</i>
OK	9. <i>LÍDICE DA ALTA E SOUZA</i>	<i>[Signature]</i>
OK	10. <i>José Pinheiro</i>	<i>[Signature]</i>



Altera o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar que as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino custeadas com recursos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal pertencentes à União sejam excluídas da base de cálculo e dos limites de despesas primárias estabelecidas pelo Novo Regime Fiscal.

OK 11.		
OK 12.	Pedro Chaves	
OK 13.	REGUFFE	
OK 14.		MARIA
OK 15.	Roberto Rocha	
OK 16.	SERENO DE CASTRO	
OK 17.	Luiziane	Luiziane
OK 18.	Wilton Moraes	
OK 19.	Antônio Sandoval	
OK 20.	Ana Amélia (PP/RS)	
OK 21.	LINDBERGH	
OK 22.	Filipe Ribeiro	
OK 23.	Davi Medeiros	
OK 24.	Cirilo SANTOS	
OK 25.	PAULO RECHA	
OK 26.	Regina Souza	
27.		



Altera o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar que as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino custeadas com recursos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal pertencentes à União sejam excluídas da base de cálculo e dos limites de despesas primárias estabelecidas pelo Novo Regime Fiscal.

28.	RANDOLFE RODRIGUES	
29.	SINONE JEBET	
30.	TASSO FERREIRA	
31.	WELLINGTON FALCÃO	
32.	RODRIGO LOPES	
33.	PAULO B. PEREIRA	
34.		
35.		
36.		
37.		
38.		
39.		
40.		



SF/17227.37508-89

Página: 5/5 28/11/2017 15:31:07

b5ba0bd7381fc2275e221a75024233f9591df3c6

